PMDB

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

SÃO PAULO

EM 1º LUGAR

DIRETRIZES GERAIS DAS PROPOSTAS DEFENDIDAS PELO CANDIDATO A PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

GABRIEL CHALITA

São Paulo, julho de 2012

INTRODUÇÃO: O DESAFIO DE GOVERNAR SÃO PAULO

O desafio de governar o município de São Paulo, hoje - dadas suas dimensões e seus problemas - é comparável ao de comandar as maiores metrópoles do planeta - Cidade do México, Nova York, Paris, Londres ou Tóquio. Além da busca incessante de soluções para os problemas comuns a essas metrópoles, governar, nessa escala, significa, principalmente, evitar que o aumento da complexidade urbana comprometa a vida de seus cidadãos. Ao contrário, governar São Paulo é atender diretamente ao cidadão, no seu lugar, no seu chão, onde a vida efetivamente se dá.

Tudo acontece no território do município, frase incansavelmente repetida pelos municipalistas, como o saudoso professor André Franco Montoro e com razão: as ações concretas das esferas de governo, as atividades econômicas das empresas grandes, médias e pequenas, nacionais ou transnacionais, as práticas cotidianas das organizações da sociedade civil, o dia a dia das pessoas, tudo se dá no território municipal.

Atender a todas essas demandas e solicitações, estando junto delas, é o maior desafio de um governante. Em realidade, na política, é o prefeito que todos conhecem. Por isso, ele é um sujeito fundamental na conformação do conhecimento político de todos os cidadãos. Governadores, presidentes estão lá, longe, inatingíveis. Mas o prefeito, o bom prefeito, está aqui, perto, na cidade onde, de fato, as pessoas vivem.

São Paulo, esta grande cidade, uma das mais ricas do mundo, cresce vertiginosamente, em população, em riqueza e em problemas. Dados estatísticos demonstram isso: em 1960, São Paulo tinha cerca de 5,9

milhões de habitantes; em 1980, chega a 8,5 milhões de habitantes; na virada do século, em 2000, atingiu a casa dos 10,4 milhões; e, em 2010, abrigava 11.253.503 pessoas. Isto é 57% da população da Região Metropolitana, 27% da população do Estado de São Paulo e 6% da população brasileira, de acordo com o Censo Demográfico 2010.

São Paulo praticamente dobrou sua população nos últimos 50 anos. Produzindo riquezas de toda espécie, materiais e imateriais, contribuiu para o desenvolvimento do país, mas descuidou dos 1.523 km^2 de seu território, não provendo o município com equipamentos, serviços e infraestruturas requeridos por tal aumento demográfico, nem pela aceleração de sua pujante economia.

Enquanto a industrialização era responsável pela sobrevivência tranquila da população, as coisas ainda caminhavam. Porém, o desenvolvimento técnico, científico e informacional mudou a metrópole e sua dinâmica. Mas os governos continuam a tratá-la do mesmo modo. Por consequência, não há plano, programas, tampouco projetos, obras e ações concatenados com o Estado, com o Brasil e com o mundo. E, principalmente, com as urgências de sua gente. Os equívocos maiores das propostas discutidas para ajudar a cidade são remendos urbanos, ainda que apresentados como formulações estratégicas e que, muitas vezes, aumentam os problemas a que se propõem resolver.

Até quando vamos prosseguir neste caminho? Quando os congestionamentos chegarem a 800 km? Quando a violência, a escassez de toda ordem e que já se manifestam gravemente em setores essenciais

para a garantia da vida humana como a saúde, a educação, a segurança, dificultarem a vida e comprometerem a tranquilidade de todos?

São Paulo está entre as maiores megacidades do mundo. Como todas as outras, também apresenta a faceta perversa do processo de globalização: a maior riqueza convivendo com a maior pobreza.

A atividade principal, corriqueira e obrigatória do prefeito no cotidiano de sua gestão é manter a cidade que aí está em funcionamento. Nem isso, que é sua obrigação, tem sido feito. E, apenas isso, poderá resgatar a confiança do cidadão na gestão pública. O princípio é muito claro: a cidade é um grande capital coletivo: todos a constroem, todos pagam impostos, TODOS VIVEM NELA.

Mas não existe uma só São Paulo – existem várias. E um só prefeito. Diferentes cidades e realidades que convivem no mesmo espaço e lugar com profundas contradições e desigualdades sociais, econômicas, culturais e de qualidade de vida. Contradições e desigualdades que têm levado à progressiva deterioração do espaço público e à crescente perda de liberdade e de qualidade na vida. Todos perdem com a coexistência caótica de tantas e tão diferentes ”cidades”.

O desafio maior do prefeito é conhecer e compreender a dinâmica da cidade, que exige diferentes respostas e distintas políticas para que se logre o ideal de um território mais justo, que ofereça serviços de qualidade e permita a todos, sem exceção, existir plenamente, realizar seu potencial individual e experimentar uma vida plena e feliz.

Por isso, estas diretrizes centrais: a descentralização e a desconcentração, atendimento ao estrutural e ao conjuntural, com a participação democrática. Vale dizer, o governo mais perto possível do cidadão, cotidianamente. Tudo isso converge para um novo desenho do sistema de governo da cidade.

UM PROJETO PARA A SÃO PAULO DO SÉCULO XXI

Este Plano de Governo foi elaborado a partir de dois eixos conceituais centrais, indissociavelmente vinculados à prática política para a qual ele se destina. Para isso, traz elementos e busca responder duas questões centrais:

1. Quem é e como deve ser o prefeito de São Paulo?
2. O que é São Paulo, hoje, e como e por que seus problemas são gerados?

A resposta a essas duas perguntas é que constituem o que, aqui, está sendo chamado de conceitos do Plano de Governo.

SÃO PAULO DE TODOS, PREFEITO DE TODOS. SÃO PAULO EM PRIMEIRO LUGAR

O Plano de Governo, fundamentado no conhecimento do Município de São Paulo como um todo, deverá tratar, com coragem e com determinação, as desigualdades socioespaciais do território paulistano, gênese de boa parte dos demais desafios a serem enfrentados pelo seu governo em suas ações: na educação, na saúde, na mobilidade, nos processos de uso e ocupação do solo, enfrentando, enfim, as suas novas racionalidades como uma metrópole global, corporativa e fragmentada, informacional e transacional.

SÃO PAULO – CIDADE GLOBAL, CORPORATIVA, FRAGMENTADA, INFORMACIONAL E TRANSACIONAL

São Paulo é uma das maiores e mais ricas cidades do mundo. Mas não são o tamanho de sua população, os limites de seu território ou seu Produto Interno Bruto (PIB) seus principais qualificativos como cidade global.

A instalação de fluxos financeiros e do capital internacional, por conta da viabilização de seu território como recurso para rápida (e atrativa) valorização do capital, originou uma cidade com enorme complexidade e grandes contradições, parte delas produto das políticas para sua viabilização como espaço nacional da economia internacional, a constituição da metrópole corporativa.

Estudo da consultoria internacional KPMG e da agência de investimentos francesa Paris-Ile de France Capital Économique aponta São Paulo como a 4ª principal cidade do mundo a receber investimentos estrangeiros em 2011, ficando atrás apenas de Londres, Xangai e Hong Kong, superando a atratividade de Paris, Moscou, Pequim e Nova York (a metrópole norte-americana ocupou a 5ª posição mundial). Entre 2006 e 2011, o total de eventos para investimentos estrangeiros em São Paulo passou de 51 para 195, e se concentrou, principalmente, na criação de sedes e centros de pesquisa; na área de marketing, de design e em serviços de atendimento ao consumidor. No mesmo ano de 2011, o número de domicílios em favelas, somente no município de São Paulo, era de 386.188; em 2010, houve cerca de 16 mil crianças nascidas vivas com peso inferior a 2,5 kg e, ainda, quase 500 jovens (entre 15 e 29 anos) assassinados.

É preciso unir essas cidades, compartilhando benesses e ônus entre todos os cidadãos, de modo a promover a justiça socioespacial, hoje comprometida pela presença, concomitante, de extremos de pobreza e riqueza, coexistindo, muitas vezes, de forma conflituosa entre si. Os eixos de modernização da sede da metrópole paulista recebem uma atenção diferenciada e especial do poder público, não vista em outros lugares onde até mesmo os equipamentos básicos estão ausentes.

Como essa metrópole pode ser administrada? Quais as novas concepções de gestão que podem dar conta de tamanha complexidade? Quais os novos pactos que precisam ser construídos para a construção e implantação do **PROJETO DA SÃO PAULO DO SÉCULO XXI**?

PRINCÍPIOS DO GOVERNO CHALITA:

- Governo da Verdade – porque só a transparência vai garantir uma atuação eficiente.

- Governo do Acolhimento – por que todos têm direito à cidadania e à felicidade.

- Governo da Coragem – porque é preciso determinação e firmeza para mudar hábitos e processos.

- Governo da Descentralização – porque a vida acontece no território.

- Governo da Diversidade – porque assim é a alma de São Paulo.

- Governo da Competência – porque um futuro melhor se faz com o conhecimento, com o aproveitamento do potencial humano.

OBJETIVOS D0 GOVERNO CHALITA:

- Construir a SÃO PAULO DO SÉCULO XXI.
- Enfrentar as desigualdades socioespaciais.
- Realizar uma gestão territorial, com ações setoriais.
- Dar maior EFICIÊNCIA à administração pública MUNICIPAL.

DIRETRIZES DE GOVERNO

As diretrizes estratégicas expressam compromissos imediatos e um desejo de futuro que demanda o envolvimento de todas as forças vivas da sociedade, em todos os pontos do território paulistano. Elas nortearão o processo de construção do programa de governo, a partir do contato permanente com a população, por meio do programa *PMDB ouve os bairros* e da competência dos melhores técnicos da cidade, desde logo convocados para colaborar na formulação de propostas específicas e de ações territoriais e setoriais.

- Manter PLANOS E PROJETOS que bem atendam às necessidades da população, independentemente dos governos que os criaram.

- Racionalizar e moralizar os GASTOS PÚBLICOS.

- Valorizar o FUNCIONALISMO, em todas as dimensões e atividades do Governo.

- Priorizar investimentos em POLÍTICAS SOCIAIS.

- Promover a DESCENTRALIZAÇÃO, A DESCONCENTRAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA na gestão e na administração municipal.

- Regionalizar o processo de construção do ORÇAMENTO MUNICIPAL.

- Montar um SISTEMA DESCENTRALIZADO DE GESTÃO REGIONAL E AÇÃO NOS LUGARES, consolidando papel das subprefeituras, responsáveis diretas pela ação.

- Garantir a ARTICULAÇÃO COM OUTROS NÍVEIS DE GOVERNO - estadual, federal e outros municípios, especialmente os da Região Metropolitana de São Paulo – em torno de projetos de interesse comum.

- Reavaliar e atualizar o PLANO DIRETOR DE SÃO PAULO.

- Conceber um SISTEMA DE MONITORAMENTO E ANÁLISES DO TERRITÓRIO PAULISTANO, que possibilite o acompanhamento das dinâmicas da cidade e de todas as ações do Governo.

- Modernizar, informatizar e interligar a GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, de modo a garantir a transparência e a fiscalização da gestão.

- Restaurar e revalorizar o CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO, com justiça socioespacial.

- Prestar contas do cumprimento das METAS PREVISTAS NA EMENDA N.30 da Lei Orgânica do Município, perante a sociedade civil, como expresso no compromisso assumido ante a Rede Nossa São Paulo.

- Adequar a cidade ao papel de METRÓPOLE GLOBAL, CORPORATIVA, FRAGMENTADA, INFORMACIONAL E TRANSACIONAL.